

CLÍNICAS DO TRABALHO: ABORDAGENS E CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE INSTITUCIONAL AO PROBLEMA CLÍNICO DO TRABALHO

Work Clinics: approaches and contributions of the Institutional Analysis to the clinical problem of work

BARROS, Maria Elizabeth¹

AMADOR, Fernanda Spanier²

RESUMO

O artigo visa abordar a conexão trabalho-subjetividade, com base em propostas metodológicas que se posicionam quanto ao problema clínico do trabalho. Desenvolvem-se, ainda, aspectos relativos ao plano institucional envolvido nos processos de saúde, sofrimento e adoecimento relacionados ao trabalho.

Palavras-chave: Clínicas do Trabalho. Atividade. Análise Institucional.

ABSTRACT

The article presents different approaches that focus on work-subjectivity connections, highlighting their methodological proposals and their ways of positioning the clinical problem of work. It develops aspects related to the institutional level involved in health, suffering and illness processes related to work.

Keywords: Clinics of Work. Activity. Institutional Analysis.

INTRODUÇÃO

O campo das Clínicas do Trabalho reúne diferentes abordagens, que visam às conexões entre trabalho, subjetividade e saúde. Tais abordagens, tributárias dos referenciais críticos aos postulados da Psicotécnica do Trabalho (CLOT, 2010a),³ apresentam propostas metodológicas peculiares, entre as quais se localizam diferenças substanciais quanto aos modos de tratar o problema clínico do trabalho.

Dentre as abordagens clínicas do trabalho trazemos neste texto, em um primeiro movimento, a Psicossociologia Francesa, a Psicodinâmica do Trabalho, a Ergologia e a Clínica da Atividade. Nossa proposta é colocá-las em diálogo, tratando das estratégias metodológicas e dos conceitos com os quais operam. Na esteira desse

¹ Professora Titular do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: <betebarros@uol.com.br>.

² Professora Associada do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: <feamador@uol.com.br>.

³ Yves Clot, destaca que a Psicotécnica do Trabalho esteve a serviço de interesses adaptacionistas presentes nas lógicas do capitalismo e do gerenciamento no período de emergência do taylorismo. Em reação a tal perspectiva, vieram os Cognitivistas do Trabalho, os Ergonomistas e os Psicopatologistas do Trabalho, dando passagem às abordagens que hoje compõem o chamado campo das Clínicas do Trabalho.

diálogo, empreendemos um segundo movimento por meio do qual – percorrendo correntes institucionalistas, notadamente a Socioanálise e a Esquizoanálise⁴ – desenvolvemos aspectos relativos às possibilidades de que as Clínicas do Trabalho atinjam o plano analítico-institucional envolvido nos processos de saúde, sofrimento e adoecimento relacionados ao trabalho. Nosso propósito é o de que a clínica do trabalho possibilite uma experiência problematizadora do instituído e promotora da criação de novos territórios operacional-existenciais no e pelo trabalho.

TRABALHO E CONTEMPORANEIDADE: DE QUE CLÍNICAS PRECISAMOS?

Os desafios colocados no campo do trabalho contemporâneo são muitos. Intensas transformações nas relações do e no trabalho, o advento das novas tecnologias informáticas (acarretando mudanças nos processos de produção) e o reposicionamento dos modos de gestão convocam à análise.

Na esteira de Edith Seligmann-Silva (2011, p. 490), quando diz que “Acreditamos que as metamorfoses conjugadas – do sofrimento social contemporâneo, das formas de dominação, do trabalho e do desgaste humano, exigem outras formas de ação social e de trabalho clínico”, nos propomos interrogar neste texto: de quais clínicas do trabalho necessitamos no contemporâneo? Afinal, como ignorar as radicais transformações, no que tange aos modos contratuais do emprego, que têm gerado fragilização de coletivos pelo acirramento da competição individual? E mais, como enfrentar os efeitos de tal lógica em tempos de táticas tão perversas de defesa de um produtivismo calcado num regime de escravização maquínica, como dizem Allié e Feher (1998)?

O trabalho contemporâneo, tornando-se cada vez mais imaterial (LAZZARATTO; NEGRI, 2011), quer dos trabalhadores investimento em si mesmos, quer gerar neles o empreendedor, o automotivado, aquele que se torna, por fim e meio, no autoexplorado. Temos a feição do novo *Homo Economicus*, nascido das relações liberais e neoliberais contemporâneas, cumprindo sua função no jogo dos fluxos do mercado e da concorrência econômica. É a vida sendo governada, tornada alvo de uma biopolítica (FOUCAULT, 2008), dificultando o traçado de estratégias capazes de fazer questão a essa nova ordem mundial, imiscuída nos mais ínfimos espaços cotidianos.

No lastro desses elementos, somos levadas a sustentar que a clínica do trabalho de que precisamos necessita considerar as especificidades históricas que atravessam os modos de organização do trabalho, colocando em análise, por seus dispositivos, os arranjos que vão se delineando entre subjetividade, saúde, poder, dominação e, em determinados casos, até mesmo por entre violência laboral. Propomos ou defendemos, assim, uma clínica cujo teor seja político, isto é, que possibilite traçar com os trabalhadores o mapa de como estes se constituem e os efeitos de suas práticas no mundo, arregimentando as forças capazes de gerar resistências, as quais passam, em nosso entendimento, pela criação frente aos poderes subjetivantes da lógica capitalística que atravessam o trabalho e acompanham os modos operatórios de trabalhar.

⁴ A Socioanálise permite-nos pensar o trabalho como esfera histórico-política produtora de sentidos (BARROS, 2007), enquanto a Esquizoanálise, de Deleuze e Guattari (1976), permitem-nos, especialmente, a abordagem do trabalho por seus processos de singularização e devires, abrindo o horizonte da representação no que se refere aos processos de trabalho.

Quando falamos de clínica, arrastamos toda uma história do termo vinculada à prática e ao saber médicos, significando dispensar cuidados àquele que se vê alijado da saúde e cujo estado perdido necessita ser restaurado. Definitivamente esta não é a concepção de clínica em que nos interessa apostar, pelo menos não exclusivamente, no que se refere ao campo do trabalho. Desejamos pensar a clínica como sendo aquela prática que, por meio da crítica, por instauração de crise nas obviedades relativas aos modos de existência no trabalho, abre linhas de possibilidade para a problematização das lógicas que produzem mundos. Nesse modo de pensar a clínica, Georges Canguilhem (1992) nos é um autor caro – assim como o é para as diferentes abordagens clínicas tratadas neste texto – ao sustentar que a saúde implica no exercício de criação de normas para viver. Para ele, ser sujeito da norm(atividade) do trabalho funde, em uma mesma concepção, a saúde e os atos de resistência enquanto criação. Ressaltamos, contudo, que a criação a qual perseguimos pelo exercício ético-político de nossa perspectiva, ultrapassa o plano reorganizativo de processos de trabalho, de modo a tangenciar a esfera analítico-institucional que neles se materializa.

ABORDAGENS CLÍNICAS DO TRABALHO: PRINCIPAIS OPERADORES CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

Pensando ser necessário apostar em abordagens clínicas que recusem pretensões higienizantes sustentadas em argumentos culpabilizantes – que visem ao desenvolvimento de qualidades próprias dos trabalhadores para suportarem as situações adversas do trabalho –, estamos em sintonia com a direção apontada por Clot (2010a). O autor alerta que vivemos em tempos em que a cadeia de acontecimentos cria um novo sistema produtivo: de um lado, apresenta-se uma loucura produtivista associada a um aumento inevitável da pressão sobre os trabalhadores, e, de outro, criam-se dispositivos de gestão do sofrimento e de amortecimento psicológico para aquilo que se sabe ser insuportável.

Posto isso, importa considerar abordagens que, aqui colocadas e uma vez explicitadas suas estratégias metodológicas e os conceitos com os quais operam, possam contribuir para enfrentar o cenário que se desenha nesse contexto.

Psicossociologia francesa

Esta abordagem, também conhecida como Psicologia Social Clínica, recobre vários nomes de referência, dentre eles: Vincent de Gaulejac, Eugène Enriquez e Jacqueline Barus Michel. Enfocando uma dupla inscrição do sujeito – aquela dos elementos intrapsíquicos singulares e, também, as referentes ao universo social –, seu interesse recai na investigação das reciprocidades entre o individual e o coletivo, o psíquico e o social.

Algumas outras correntes, também de caráter psicossociológico, podem ser citadas, segundo Mendel e Prades (2002), entre elas: a Análise Estratégica ou Abordagem Organizacional da Ação Coletiva - de Michel Crozier, Ehrard Friedberg e Philippe Beurnoux –, que coloca em discussão o fenômeno burocrático e as relações de poder entre indivíduos e grupos; a Intervenção Sociológica – vinculada aos nomes de

Alain Tourraine e François Dubet, entre outros –, focada na análise dos movimentos de grupos de militantes ou de indivíduos que partilham uma experiência coletiva, enfocando a passagem da sociedade industrial para a pós-industrial; e a própria Sociopsicanálise Institucional – de Gérard Mendel, Mireille Bitan, Claire Rueff e Jean-Luc Prades –, vinculada ao grupo Desgenettes, pautada na constituição de grupos homogêneos de *métier* e tentando compreender como o fato social influi sobre o fato psíquico individual e inconsciente. Somam-se, ainda, a essas correntes os trabalhos de Elton Mayo e suas pesquisas relativas às relações humanas, levando à Psicossociologia Industrial; os estudos de Kurt Lewin, para quem o grupo consiste em um sistema de interdependências e de interseções, tanto entre seu meio quanto com o meio exterior; e Jacob Moreno e seus estudos relativos às interações sociais. Podem ser citados, também: a Psicanálise aplicada às organizações; os trabalhos de Bion e sua transposição do enquadre psicanalítico para o trabalho com grupos; Pichon-Rivière e suas experiências nos hospitais; Michael Balint, buscando os processos inconscientes na relação profissional-doente no trabalho médico e Georges Lapassade, esse já anunciando certa passagem para uma terceira via, nem estritamente psicossociológica nem uma abordagem psicanalítica grupal, de forma que vai articular grupos, organizações e instituições e depois vai desembocar na Socioanálise, com René Lourau, a qual demarca uma ruptura em relação à Psicossociologia.

Para Lhuillier (2006), nessa última abordagem, o grupo é tomado como objeto de conhecimento e lugar de uma prática e de dinâmicas coletivas mobilizadas por ocasião do trabalho, enquanto a organização designa um conjunto estruturado de papéis, de relações de poder, de normas. O grupo se estabelece para responder a objetivos de produção de bens e de serviços, designando, também, a colocação de recursos individuais para permitir a realização de uma ação coletiva. Já a noção de instituição, essa não se confundirá com o uso corrente da palavra, que designa um estabelecimento, e sim será tomada como um fato social específico que se reconhece por seu aspecto normativo e que visa ao controle social pela interiorização de regras. Enquanto conjunto de normas, a instituição governa a sociedade e contribui para a estabilidade da ordem existente, ainda que proceda, também, por entre forças instituintes. Assim, a instituição pode ser definida como um conjunto de signos e de símbolos, de representações e de regras, produzido pela prática de relações e de atividades humanas. O social, então, é considerado como um conjunto dinâmico de relações de transformação da realidade, onde os conflitos recaem sobre os modos de fazer, de decidir e de prever, implicando em divisões, concorrências e diversidade nos modos de organização.

Abrindo a situação de trabalho a uma abordagem que integra a técnica, os modos de remuneração, os métodos de organização e de gestão das empresas, a Psicossociologia vai, segundo Lhuillier (2006), enfatizar os processos inconscientes dos grupos, seus dispositivos de formação e as relações entre estruturas sociais e defesas psíquicas, por meio do desenvolvimento de pesquisas-ação. Por uma perspectiva em que a subjetividade é tomada pelo viés do sujeito trabalhador que se relaciona com o social, a psicossociologia, entretanto, tende a uma espécie de microssociologia dos grupos e não parece eleger como objeto privilegiado de suas análises o trabalho como exigência de transformação da realidade, enquanto prova, afirma Lhuillier (2013).

Contudo, o psicossociólogo Gérard Mendel contribui, na ótica de Lhuillier (2006), para uma ampliação da análise, no que se refere ao ato do trabalho, ao propor o conceito de ato-poder. Para ele, o ato é o processo de interatividade entre um sujeito levado por um projeto de ação e a realidade implicada por essa ação, realidade material e social. Distinguindo entre ato e ação, Mendel afirma que esta última recobre o projeto de transformação da realidade: é o tempo do anteato que se desenrola na interação sujeito-realidade exterior. Esse projeto da ação guia o ato, mas não se reduz a ele, porque, entrando no ato, nós encontramos parte do desconhecido por onde a experiência prática mostra que o real sempre ultrapassa as representações contidas no projeto da ação. Assim, nós arriscamos tomar consciência de nossos meios limitados e da resistência ao real e corremos riscos: aquele do fracasso e do acidente, mas também, por outro lado, aquele da inventividade e da criação.

Psicodinâmica do trabalho

Esta abordagem, que tem como principal expoente Cristophe Dejours (1986), elege como objeto o sofrimento psíquico produzido pela experiência do trabalho. Entendido como espécie de zona intermediária entre a descompensação psíquica e a saúde, o sofrimento é o *locus* por onde são construídas pelos trabalhadores estratégias individuais e coletivas de defesa. Além disso, é no lastro da vivência de sofrimento que são estabelecidas as Regras de Ofício (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994), o que dirige as análises em Psicodinâmica do Trabalho, também, para o prazer produzido pelo trabalho relacionado ao exercício da inteligência astuciosa.

Tributária da Psicanálise, da Psicossomática e da Ergonomia francófona, a Psicodinâmica do Trabalho agrega, ainda, contribuições da Sociologia do Trabalho e da Psicossociologia do Trabalho francesa, tendo como questão-chave o enigma de uma normalidade “sofrente”, isto é, aquela marcada por mecanismos que expressam as tentativas dos trabalhadores para prosseguirem trabalhando sem se descompensarem psicicamente.

Quanto ao trabalho, esse emerge como eixo de estruturação do sujeito, e a saúde é entendida como busca e movimento, ao invés de conforto e bem-estar, sendo pensada a partir da mobilização de elementos da história passada do trabalhador no encontro com o ambiente, visando à sua transformação na direção da conquista de benefícios para sua identidade.

As análises das conexões entre funcionamento psíquico e trabalho são realizadas a partir de um operador-chave: a organização do trabalho. Por ela entende-se o modo como as tarefas são divididas entre homens e mulheres que trabalham, implicando em definição de hierarquia, comando e controle e, ainda, na regulação das relações entre trabalhadores e trabalhadoras. Desse modo, a organização do trabalho atinge dois pontos: o conteúdo das tarefas e as relações humanas.

Tendo como objetivo analisar a construção da subjetividade nos contextos de trabalho em termos metodológicos, a Psicodinâmica do Trabalho pressupõe que seu desvelamento se dá pela palavra do trabalhador e pela escuta do pesquisador, de modo a permitir ao

sujeito que fala sobre seu trabalho uma clarificação de seu comportamento, de forma a favorecer a mudança da sua percepção a respeito da situação vivida (MENDES, 2002).

Segundo Mendes, Araújo e Merlo (2011), a Psicodinâmica do Trabalho se trata de uma clínica voltada para o não-dito, negado ou ocultado por detrás dos sintomas e que analisa a mobilização psíquica para o fazer. Além disso, os questionamentos se voltarão para questões sobre vínculo social, por onde o trabalho aparece como mediador privilegiado e insubstituível entre o inconsciente e o campo social. O desejo, elemento-chave para a compreensão das relações trabalho-sofrimento, é aquele da Psicanálise, ou seja, consiste em uma espécie de fio condutor que implicará um sujeito na realidade do seu inconsciente e que tem origem antes do seu encontro com o trabalho. Assim, sua dinâmica se expressa quando, nos confrontos com o real, choca-se e resiste ao que sua história mobiliza.

Do ponto de vista metodológico, há uma ênfase na palavra, a qual, para Dejours (1992, p. 149), consiste em “[...] uma formulação original, viva, que nos toca, engajada, subjetiva, vinda do grupo de trabalhadores”. Concedendo importância ao comentário, diferentemente de alguns ergonomistas, que colocam ênfase na observação das situações de trabalho, Dejours (1992) afirma não se interessar pela realidade dos fatos da situação laboral, nem pela descrição efetuada pelos trabalhadores em relação ao seu trabalho.

A partir daí a Psicodinâmica do Trabalho concede uma importância capital às habilidades do clínico, destacando como prioridade para a clínica que ela seja praticada por psicólogos, médicos, psiquiatras e psicanalistas, ou por aqueles que se ‘submetam’ a uma formação específica (DEJOURS; BÈGUE, *apud* MENDES; ARAÚJO; MERLO, 2011), e ainda que os mesmos, os quais devem realizar a escuta em duplas, recebam supervisão de um clínico externo ao processo. Quanto aos trabalhadores que participam da clínica, torna-se fundamental a constituição de um coletivo de trabalhadores que seja voluntário e esteja mobilizado para as questões de saúde mental, relacionadas ao trabalho.

Podem ser identificadas duas principais etapas no processo clínico em Psicodinâmica do Trabalho. A primeira é a fase de *Pré-Pesquisa*, que implica em negociações com instâncias organizacionais-chave e na definição dos pesquisadores e dos trabalhadores que se envolverão no processo. Implica, ainda, na difusão da metodologia para o restante do grupo de trabalhadores da organização, bem como na reunião de documentos e na realização de visitas às áreas e setores da empresa em questão. Na fase de *Pesquisa Propriamente Dita* – a segunda etapa – elege-se um local identificado com o trabalho, preferencialmente dentro da organização. Além disso, apresentam-se os pesquisadores, os quais expõem, o mais claramente possível, o seu objetivo, qual seja: a análise das relações do coletivo com o trabalho e os efeitos mascaradores dos sistemas de defesa compartilhados em relação ao sofrimento. No decorrer do processo, analisam-se os comentários verbais dos trabalhadores e o conteúdo formulado pelo grupo de pesquisadores/clínicos do trabalho – valendo-se do recurso da interpretação, da restituição e da validação pelos trabalhadores, bem como das interpretações do clínico, as quais devem possibilitar a continuidade da discussão. Em Psicodinâmica do Trabalho a interpretação ideal seria aquela que, desmontando um sistema defensivo, autorizasse a reconstrução de um novo sistema defensivo (DEJOURS, 2004), modificando-se, assim, o plano da organização do trabalho.

Ergologia

O Departamento de Ergologia, vinculado ao nome de Yves Schwartz, surge no ano de 1998, no seio do Departamento de Filosofia da Universidade da Provença. (O quê?) Fundamentada especialmente na filosofia da vida de Georges Canquillhem e na Ergonomia da Atividade, em especial com os trabalhos de A. Wisner, em Ergologia toma-se a atividade como matriz da história humana e, sendo assim, a análise se efetiva no fluxo das situações concretas de trabalho.

Para Schwartz (2000), a atividade de trabalho diz respeito a uma concepção mais geral da atividade humana de renormatização parcial dos meios de vida; trata-se de um movimento permanente no âmbito dos saberes produzidos no trabalho, ligado aos planos da técnica e da linguagem e produzindo normas antecedentes que são sempre renormatizadas no recomeço indefinido das atividades. A partir daí, advém um princípio importante: o ser vivente está em constante processo de conhecimento-transformação de seu meio. Schwartz e Durrive (2007) destacam que a predominância dos modelos tayloristas de análise do trabalho acaba por considerar, como sua condição essencial, uma oposição entre subjetividade e trabalho. Reexaminar o taylorismo, afirmam Schwartz e Durrive (2007, p. 189), “[...] nos obriga a isolar uma entidade que não é muito clara, mas que se pode chamar de ‘sujeito’, no coração mesmo do trabalho, sem o qual não há trabalho, sem o qual nada acontece”.

É sempre necessário, portanto, uma entidade para gerir uma infidelidade do meio, isto é, gerir a inconstância do meio e das próprias situações de trabalho. O autor sugere, assim, que tal gestão se faz com ‘usos de si’, isto é, o trabalhador faz uso de suas próprias capacidades, de seus próprios recursos e de suas próprias escolhas para gerir as variabilidades do meio e colocar algo em funcionamento.

Entretanto, nesse processo de uso de si por si mesmo, que é simultaneamente uso de si pelos outros, há um tensionamento a ser enfrentado: trabalhar em conformidade com as prescrições ou trabalhar de outra maneira, obedecer ou resistir. Os trabalhadores vivem uma dramática e fazem arbitragens, de modo que aqui insiste a questão do sujeito, levando Schwartz a sugerir o emprego do termo *pessoa*, e não *sujeito*, para nomear essa entidade que faz tal gestão. Usar a expressão *sujeito* ou *subjetividade* seria apenas provisório, para ele.

Então, o que colocar nesse lugar que está em constante embate entre prescrições e processo criador no trabalho? O filósofo considera que, para pensar o “centro desse drama”, que tem como tarefa a negociação e a arbitragem, é necessário levar em conta que, entre os trabalhadores e trabalhadoras, “as escolhas feitas não são sempre conscientes, postas na mesa, são feitas de forma quase inconsciente”. Segundo Schwartz, essas escolhas se situam no corpo, um corpo atravessado de inteligência, e muitas escolhas são feitas quase automaticamente, e esses automatismos, em algumas situações, vêm à consciência. Então, “[...] em vez de subjetividade eu prefiro falar de ‘corpo-si’” (SCHWARTZ, 2007; p. 196). O corpo-si é história, história de vida, é história de encontros sempre renovados, que envolve um ser, seus valores, suas solicitações, seus dramas e as já mencionadas infidelidades do meio. O corpo é, portanto, memória-patrimônio vivido, que integra aprendizagens, emerge e se transforma no fluxo da atividade.

Partindo dessas formulações, Schwartz (2007) propõe um dispositivo de intervenção. Tal dispositivo visa a incitar aqueles que trabalham para por em palavras o modo como experimentam as atividades que desenvolvem, tornando-as comunicáveis para, então, confrontá-las com outros saberes, seja os da ciência ou os saberes encarnados da experiência situada de trabalho. O método que atualiza esse objetivo é o denominado *dispositivo dinâmico a três polos* (DD3P), o qual visa contribuir para repensar a formação de profissionais, a partir de diálogos entre os conhecimentos científico-acadêmicos e os conhecimentos não científicos da experiência situada.

A proposição desse dispositivo ampliou o conceito de “Comunidade Científica Alargada” (CCA), ideia essa desenvolvida por Ivar Oddone e colaboradores, que, por volta da década de 1970, propuseram uma nova concepção de pesquisa, uma forma de pesquisa-ação em torno do tema das mudanças das condições de vida e trabalho. Schwartz (2000), considerando os limites da CCA – que propunha a primazia do campo científico na produção de conhecimento sobre a atividade –, produz uma inflexão importante na proposta de Odone e colaboradores: propõe o DD3P, que tem por objetivo reafirmar um polo que encontrava pouco destaque na proposta das CCAs, o chamado terceiro polo, aquele que articula certo modelo de humanidade e que faz com que o protagonista da atividade olhe o seu semelhante como alguém que está em atividade, experimentando dramáticas, ressingularizando uma situação.

O primeiro polo é aquele dos saberes e valores constituídos nos universos científicos, saberes que foram construídos e estão disponíveis para antecipar o que fazer no trabalho. O segundo polo indica os saberes processados e retrabalhados na atividade. O terceiro polo é o da problematização, em que a reunião dos diferentes protagonistas em torno do que se passa no trabalho possibilita a reinvenção dos modos de trabalhar.

Clínica da Atividade

A clínica da atividade emerge na França na década de 90, sendo suas propostas apresentadas por Yves Clot e Daniel Faita. Seguindo as formulações da filosofia da vida de Canguilhem, ela considera a atividade de trabalho fonte permanente de criação de novas normas de viver, tal como o faz a Ergologia.

Yves Clot (2006a) considera que o trabalho tem função psicológica. Tal função se expressa no momento em que o homem pode dele destacar-se, quando não se percebe fundido com sua tarefa, de forma que a ação tende a aumentar o poder de afetar e ser afetado, o que tem o sentido de aumentar o poder de agir dos trabalhadores (CLOT, 2010b), os quais passam a ser analistas das situações de trabalho.

A atividade, para Clot (2010c), implica mais do que dimensões lógicas; exige dimensões poéticas – posto serem regidas pelo signo da criação, como fonte permanente de invenção de novas formas de viver. A partir daí o objetivo clínico liga-se à provocação da controvérsia e do diálogo, o que em nada se assemelha à prática da disputa (DASCAL, 1994), fazendo circular diferentes pontos de vista relativos aos modos de trabalhar. Disputar pressupõe certa destruição de um ponto de vista, enquanto exercitar a controvérsia implica em radicalizar seu caráter dinâmico, acolher e desejar a diferença e a diferenciação, criando modos outros de agir, expandindo o poder de ação.

Inspirando-se na filosofia de Espinosa, Yves Clot considera que a vitalidade do Ser estaria em sua condição de perseverar no seu Ser – *conatus* – e isso só se efetiva porque o sujeito não está isolado, mas compondo um coletivo que contém uma problemática que supera o indivíduo. Trabalhar é, então, essa capacidade de estabelecer engajamento em uma história compartilhada; trabalhar é sair de si, implicando inscrição numa história coletiva que se estabiliza provisoriamente, constituindo-se como patrimônio histórico relevante para os trabalhadores, que é o gênero profissional (CLOT, 2010b). No entanto, e aí está a dimensão processual dessa experiência, tal patrimônio é equívoco e discordante, de forma que cada trabalhador oferece ao processo suas contribuições, estilizando-o.

Dessa forma, a Clínica da Atividade inscreve-se no curso da ação, preocupada com a dimensão da atividade de trabalho efetivada por grupos de trabalhadores. Ao pesquisador-clínico da atividade caberia, então, viabilizar a criação de situações nas quais os trabalhadores possam produzir uma inflexão importante nos seus modos de pensar usuais para agir e pensar de outra forma em meio à sua atividade laboral, valendo-se de dispositivos que demandam do trabalhador que ele se confronte com os modos como realiza o seu trabalho, submetendo-os, também, à confrontação do clínico e dos seus pares.

Ainda a respeito do método, parte-se de uma questão-chave: como acompanhar e produzir conhecimento a partir do que se passa na vida cotidiana *do* e *pelo* trabalho? Assim, é preciso produzir um método que se ocupe da singularidade, a qual, para ser objeto de estudo, exige que se integre a compreensão de uma situação à unidade subjetiva de uma experiência, e não apenas às representações funcionais que, por um lado, essa mesma experiência supõe, segundo Clot (2006a).

A preocupação em relação à Clínica da Atividade – estando ela localizada no desenvolvimento da ação – pressupõe uma prática voltada para o acompanhamento das avaliações referentes ao que os trabalhadores fazem e como fazem para dar conta do projeto da ação (aí se dá o ato), entendendo-se que, no lugar dos deslocamentos, nasce o sentido do trabalho, esse relativo à criação de novos objetivos para a ação dos trabalhadores. Assim, a própria matéria de análise clínica do trabalho são as metamorfoses que essa análise provoca, não se tratando de um método a aplicar, mas de uma metodologia de coanálise reconcebida com eles, a cada vez singular.

A compreensão da experiência pressupõe a explicação de sua estruturação e vice-versa; uma explicação que remete ao real, à prova e à especificação de por onde emerge a singularidade da situação, como o próprio objeto de análise. Os mecanismos de produção da atividade não são diretamente observáveis: temos acesso apenas aos vestígios encontrados no sujeito e em seu meio técnico e social, quando ele faz deles seu meio para desenvolver a si e ao trabalho. Quanto à linguagem, essa é tomada na perspectiva de que não consiste apenas em um meio de verbalização da ação que o clínico do trabalho solicita, mas é sim uma atividade em seu sentido pleno, nas situações de trabalho.

É em confrontação que a ação passa pelo crivo do pensamento e se transforma em outra ação. É a partir da confrontação entre saberes e experiências que se efetivam a formação e o desenvolvimento das ações, uma vez que a crítica permite o engendramento de outros modos de trabalhar-viver e a constituição de outros

modos subjetivos. Assim, tendo como princípio a confrontação, são empregadas duas modalidades metodológicas principais em Clínica da Atividade: a Instrução ao Sósia e a Autoconfrontação Simples e Cruzada (CLOT, 2006a).

QUANDO A CLÍNICA DO TRABALHO ATINGE O PLANO ANALÍTICO-INSTITUCIONAL

A questão, analisada por meio de diferentes abordagens clínicas do trabalho, nos permite perceber que todas elas procuram algo que nos é caro do ponto de vista do compromisso ético-político que nos interessa afirmar no campo das Clínicas do Trabalho: a busca pela superação da dicotomia indivíduo-social. Em que pesem suas diferenças de alcance nessa empreitada, todas elas afirmam a importância da consideração da organização do trabalho no que tange aos processos de produção de subjetividade, realçam as estratégias coletivas de intervenção, bem como sinalizam a importância de que os próprios trabalhadores e trabalhadoras interfiram nas mudanças necessárias no âmbito das condições, das relações sociais, da divisão das tarefas e do conteúdo do seu trabalho.

Contudo, há, no nosso ponto de vista, um aspecto que merece atenção entre as formulações das diversas abordagens clínicas do trabalho: a consideração do plano institucional de análise. Nossa principal questão é: como atingir uma analítica institucional – isto é, da trama de normas, de pautas, de regulações que se referem ao estabelecimento de verdades, poderes e subjetividades – por entre as analíticas realizadas junto aos trabalhadores e trabalhadoras a respeito de seus modos operatórios e de sua experiência de trabalho? Essa pergunta torna-se uma questão crucial quando nos interessamos em ultrapassar um plano que, muitas vezes, se restringe a reorganizar os processos de trabalho sem, contudo, operar uma efetiva transformação dos ordenamentos institucionais que os acompanham.

Para tanto, parece-nos importante enfrentar algo que Schwartz & Durrive (2007) sugerem como sendo um “vazio de normas” no que se refere a avançarmos nas formulações ainda por serem atualizadas, no encontro entre Clínicas do Trabalho e Análise Institucional. Isto é, nos parece que há desenvolvimentos possíveis no que tange a essa conexão, tanto do ponto de vista conceitual quanto do metodológico. Por esse motivo, exploramos a contribuição do institucionalismo francês ao campo das Clínicas do Trabalho, especialmente pela ruptura operada, tanto pela Socioanálise – a qual nos permite pensar o trabalho para além de uma dimensão jurídico-funcionalista, possibilitando-nos afirmá-lo, em lugar disso, como esfera histórico-política produtora de sentidos (BARROS, 2007) – quanto pela Esquizoanálise de Deleuze e Guattari (1976), - perspectiva que coloca ênfase nos processos de singularização e devires, abrindo o horizonte da representação no que se refere aos processos de trabalho. Tais elementos, operando como intercessores, configuram um terreno fértil para novas modulações no campo das Clínicas do Trabalho, especialmente em relação às abordagens que se ocupam de tomar o trabalho como atividade, tal como o fazem Yves Schwartz, pela Ergologia, e Yves Clot, pela Clínica da Atividade.

Para as Clínicas do Trabalho, a potência conceitual do trabalho como atividade se sustenta na própria presença do plano institucional em sua análise. A esse respeito, o institucionalista François Tosquelles (1966) já ressaltava a importância

da análise da atividade de internos de hospitais psiquiátricos na França, com vistas à transformação da instituição, defendendo que se ultrapassasse a chamada Ergoterapia – que costumava se resumir a manter ocupados os pacientes para enfatizar a sua atividade enquanto estavam nessa ocupação. Tal aspecto é retomado por Yves Clot no posfácio da obra *Le travail thérapeutique a l'hôpital psychiatrique*, de Tosquelles, avançando nas considerações relativas à importância de tomar o trabalho como atividade para proceder à análise das instituições.

As abordagens clínicas do trabalho que o tomam como atividade – posicionando-se na análise do processo incessante de renormatização quando da gestão da distância entre Trabalho Prescrito e Trabalho Real e sustentando-se na concepção de Canguilhem (1992) de que a saúde no trabalho implica que os sujeitos sejam ativos em sua própria normatividade – indicam mais alguns elementos que nos permitem o desenvolvimento da potência analítica do plano institucional pelas Clínicas do Trabalho. Se ser sujeito ativo da própria normatividade implica em transitar por entre normas de modo a expandir o poder de agir (isto é, de maneira a expandir as possibilidades de trabalhar de outra maneira), podemos vislumbrar que é no entre-normas que o trabalho e o trabalhador se fazem outros. Trata-se, no nosso ponto de vista, de certa experiência de borda, por onde experimentamos o devir do trabalho pelos processos laborais que suscitam o afetar e o afetar-se, na experiência do labor, de maneira a lançar, trabalhadores e trabalhadoras, a algo que lhes acontece, a uma força que expande seu poder de agir em um processo que envolve transformação das instituições pelo processo de renormatização.

Outro elemento que nos parece interessante ressaltar é a dimensão coletiva da experiência do trabalho como atividade que nos instiga a pensar na perspectiva não privatista da subjetividade em Clínicas do Trabalho. Se tomarmos a subjetividade de trabalhadores e trabalhadoras pela via de uma não totalização ou centralização no indivíduo, abre-se a possibilidade de levar em conta tanto uma dimensão relativa às relações com os pares do trabalho, consigo mesmo, com as prescrições e com as regras de ofício, bem como com um plano de virtualidades que, enquanto forças em curso de atualização, aguardam para ganhar existência em modos de trabalhar. Assim, quando tomamos as formulações de Yves Clot (2010b) referentes às quatro instâncias do *métier* mobilizadas quando da produção de um ofício – pessoal, impessoal, interpessoal e transpessoal⁵ –, somos levadas a entender a atividade de trabalho como um certo modo de operar marcado pela criação, responsável por efetuações e contra-efetuações⁶ que modulam os modos de trabalhar, sendo a subjetividade-trabalhador, nessa processualidade, fabricada e modelada no registro do social. Arriscamos pensar que a instância transpessoal, pelo trabalho de estilização, é o lugar, também, de tais contra-efetuações, as quais são da ordem do

⁵ Dimensão Pessoal (atividade própria do sujeito numa mesma atividade correspondendo ao modo de cultivo do ofício em si mesmo); Dimensão Impessoal (prescrição oficial do ofício que permite às pessoas fazerem a mesma tarefa); Dimensão Interpessoal (o trabalho é endereçado a alguém); e Dimensão Transpessoal (memória coletiva; subentendido para a ação). Da discordância entre elas emerge o ofício ou *métier*, por isso ele é nômade, é vivo transitando por essas quatro dimensões. Ele é movimento, transformação do objeto em meio para uma estética de si e do trabalho.

⁶ Efeção refere-se ao pensamento de Deleuze e Guattari em relação à encarnação ou atualização do acontecimento que gera a sucessão dos estados de coisa. Já a contra-efetuação remete, para os devires imperceptíveis, a um plano de produção de sentidos. Ambos são inseparáveis (ZOURABICHVILI, 2004).

que acontecimentaliza o trabalho, do que o abre para sua feitura, acompanhado da produção de novos sentidos. Tal lugar é aquele de um coletivo de forças, lugar por onde a problematização se faz ação em experimentação. Estar em atividade, assim, implica o trânsito por um plano de virtualidades e devires envolvido em movimentos de dobra e desdobra, por onde se fazem trabalho e trabalhador enquanto inflexões do Fora, por algo que ainda aguarda para se atualizar.

A leitura de Deleuze e Guattari (1996, p. 29) nos leva ainda a pensar que instituição e atividade se encontram em íntima relação. Dizem eles: “[...] a instituição se apresenta sempre como um sistema organizado de meios [...]”. Se estar em atividade consiste em criar e recriar a cada instante meios para viver, parece ser por entre a institucionalização e a desinstitucionalização que isso se processa, posicionando, assim, as clínicas que se fazem pela análise da atividade de trabalho no terreno de uma micropolítica.⁷ O termo micro, aqui, assume um sentido peculiar, já que micro não designa o pequeno, mas o entre-dois, o espaço de livre trânsito dos devires. Assim, o potencial desinstitucionalizante da atividade de trabalho, ainda que feito por entre a criação de instituições, está no próprio exercício de manter o trabalho vivo, pelo trânsito em um campo de forças – essas, virtuais em curso de atualização, por onde se imiscuem os movimentos de geração de normas no trabalho. A esse respeito, diz Yves Clot (2013a) em relação ao que se passa quando da experiência do trabalho como atividade: “construção, no comum, de um mundo em que o sujeito pode viver a experiência do real naquilo que ele tem de desconhecido e inesperado. No acontecimento, ele reencontra, graças à instituição, o poder de agir sobre seu meio, contra a instituição e além da instituição” (p. 201).

Outra instigante inflexão que as perspectivas institucionalistas possibilitam se refere à concepção do desejo, esse um conceito operador-chave em Clínicas do Trabalho. O desejo, entendido como produção social, “[...] é sempre o modo de produção de algo, o desejo é sempre o modo de construção de algo” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 216), esfera modelizável pelo social que guarda, contudo, os gérmenes da singularização. Em recusa a uma perspectiva familiarista da concepção do desejo, as correntes institucionalistas nos possibilitam pensar que o trabalho clínico a ser feito implica desembaralhar as linhas que misturam desejo e capital (NEVES, 2004) por entre os fazeres laborais. Os efeitos clínicos do trabalho que se pretende produzir passam, assim, não apenas a dar vazão à possibilidade de desejar, e sim a produzir interferências, como já dissemos, nas conexões entre o desejo e o capital, já que consideramos “[...] o duplo caráter do trabalho humano: ele se funda sobre uma relação universal entre o homem e a natureza e, também, como suporte de relações sociais específicas” (LHUILIER, 2013, p. 483). Assim, quanto ao desejo, esse nada tem a ver com a noção de sujeito desejante: ele só existe como produção agenciada em determinada situação histórica. Tal ângulo de análise nos parece pertinente, considerando-se que a produção do desejo entre os trabalhadores pode gerar efeitos

⁷ Na esteira do pensamento de Deleuze e Guattari (1996) operamos com a ideia de que os planos macro e micromolecular são coexistentes enquanto políticas. Os estados de coisa, típicos da macropolítica, se afirmam pelo fazer-se diferencial que caracteriza os movimentos de distinção da vida na esfera da micropolítica.

de sobreimplicação⁸ institucional de tal ordem que, levando os trabalhadores a uma adesão, por vezes quase incontestada, aos princípios da organização, produzem situações de sofrimento altamente nefastas para eles.⁹

O desafio, então, passa a ser o de apostar em processos de singularização que se expressam pelos modos de trabalhar, promovendo a experimentação de novos modos de agir, dimensão essa que se desvia das pretensões de reforçar a identidade do trabalhador enquanto critério de saúde. Assim, entendemos que, pela clínica que opera pelo conceito de atividade de trabalho, encontramos a potência necessária para perturbar as fronteiras entre macro e micropolítica, ativando análises e movimentos que destrincham as conexões entre as linhas duras que produzem codificações sociais que se institucionalizam e aquelas segmentares e de fuga que se conectam com o desconhecido, com o “incriado”, com a multiplicidade que pode fazer o trabalho variar em um balé estilístico fortalecedor dos coletivos – coletivos aqui entendidos enquanto zona de multiplicidades, de impessoalidade e de forças (políticas, econômicas, psíquicas, entre outras) que permeiam a vida no trabalho, produzindo subjetividades por entre os fazeres laborais.

Vigotsky (2001), um dos autores de referência em Clínica da Atividade, destaca a arte como um meio para a operação de deslocamentos e como via privilegiada para fazer a diferença na história subjetiva. Para ele, a dimensão artística da experiência, ao invés de se oferecer como tela para projeção de conflitos, pode provocar um encontro com o irrealizado em nós, pode transformar nossos afetos em meio de viver outros afetos, pode se oferecer como meio para novos percursos inconscientes, agenciando um devir do inconsciente (CLOT, 2006b).

Do ponto de vista metodológico, a clínica do trabalho, nessa perspectiva, recusa os especialismos técnicos. E mais, os coloca sob suspeita permanente, de modo a permitir que seus métodos jamais se cristalizem em modos institucionalizados de operar. Contudo, valendo-se das contribuições, inclusive das abordadas anteriormente, há que se dedicar um tempo para conhecer aspectos relativos tanto à organização do trabalho quanto às suas condições, para o estabelecimento de vínculos com os trabalhadores com os quais se pretende atuar *com*, e não *sobre*, e ainda há que se atentar para a produção de uma condição de sustentação da análise pelos próprios trabalhadores, promovendo movimentos de pesquisa-intervenção voltados para uma analítica relativa aos modos como enfrentam o trabalho enquanto prova, isto é, enquanto encontro com o imprevisto, com aquilo que os força a pensar.

Como norteadores para esse processo, destacamos as dimensões genealógica, cartográfica e dialógica de análise. Genealógica porque as análises visam, por entre aquilo que os trabalhadores fazem e por entre as provações pelas quais passam no trabalho, ao traçado de um pensamento em ação, problematizando as evidências

⁸ Sobreimplicação consiste em um conceito pensado a partir da ideia de Implicação proposta por Lourau (1993). Implicação refere-se à necessária relação que todos nós estabelecemos com as instituições, relação essa que necessita ser permanentemente analisada sob pena de cairmos em sobre-implicação, esse um processo que nos enlaça em certo ativismo de práticas, o qual pouco se refere à ampliação do poder de agir. Pode-se mesmo pensar que estar sobre-implicado no trabalho consiste em estar operando por agir impedido.

⁹ Isto é o que sinaliza Yves Clot (2013b) quando relata a situação de trabalhadores que tentam o suicídio e que são reconhecidos como pessoas altamente comprometidas com a organização.

e as contingências que condicionam, delimitam e institucionalizam a existência de saberes e práticas no trabalho. Cartográfica porque se pretende acessar processos – de trabalho, de subjetivação e clínicos –, ocupando-se, sobretudo, daquilo que não se curva à representação, traçando as linhas problemáticas emergentes na atividade de trabalho. E, por fim, Dialógica porque o procedimento clínico em que apostamos busca, pelo plano da linguagem, aquilo que se refere aos estereótipos das condutas no trabalho, mas, sobretudo, aquilo que é da ordem da ruptura, do acontecimento, do contrassenso, que pode dizer da natureza heterogênea das experiências no trabalho. Trata-se de enfatizar a potência do trabalhador, de criar e recriar a cada instante os meios para viver, experimentando-se na produção de diferença em meio às tramas institucionais que ele, enquanto produto e produtor, ajuda a forjar na experiência coletiva do trabalho como atividade.

REFERÊNCIAS

- ALLIEZ, E.; FEHER, M. Os estilhaços do capital. In: ALLIEZ, E. *et al.* **Contratempo**: ensaios sobre algumas metamorfoses do capital. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988. p. 151-214.
- BARROS, R. B. de. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007.
- CANGUILHEM, G. **La connaissance de la vie**. Paris: Philosophique J. Vrin, 1992
- CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006a.
- _____. Clinique du travail et clinique de l'activité. In: CLOT, Y.; LHUILIER, D. (Org.). **Perspectives en clinique du travail**. Toulouse: Éditions Érès, 2006b, p. 165-177.
- _____. A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 22, n. 1, p. 207-234, jan./abr. 2010a.
- _____. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Sobrefactum, 2010b.
- _____. **Trabalho e poder de Agir**. Belo Horizonte: Sobrefactum. 2010c.
- _____. A contribuição de Tosquelles à Clínica do Trabalho. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 22, n.1, p. 199-208, jan./abr. 2013a.
- _____. O ofício como produtor de saúde. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 16, n. 1, p. 1-11, jun. 2013b.
- DASCAL, M. **Pragmática e filosofia da mente I**: pensamento na linguagem. Paraná: EDUFPR, 1994.
- DEJOURS, C. (1986). Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, n. 54, v.14, p. 7-11, abr./maio/jun. 1986.
- _____. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.
- _____. Análise psicodinâmica das situações do trabalho e sociologia da linguagem. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. (Org.). **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p.197-241.
- DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS,

- C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994. p. 119-145.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1996. v. 3.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2003.
- _____. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.
- LAZZARATTO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- LHUILIER, D. **Cliniques du travail**. Paris: Éditions Érès, 2006.
- _____. Trabalho. **Psicologia e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 483-492, 2013.
- LOURAU, R. **René Lourau na UERJ – Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1993.
- MENDEL, G. PRADES, J. L. **Les méthodes de l'intervention psychosociologique**. Paris: La Découverte, 2002.
- MENDES, A. M. Algumas contribuições do referencial psicanalítico para pesquisas sobre organizações. **Revista Estudos em Psicologia**, v. 7, n. esp., p. 89-97, 2002.
- MENDES, A. M.; ARAÚJO, L. K. R.; MERLO, A. R. C. Prática clínica em psicodinâmica do trabalho: experiências brasileiras. In: BENDASSOLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. **Clínicas do trabalho**: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011. p. 170-187, 2011.
- NEVES, C. E. A. B. Modos de interferir no contemporâneo: um olhar micropolítico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 56, n. 1, p. 2-19, 2004.
- SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 7, jul./dez. 2000.
- SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EDUFF, 2007.
- SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- TOSQUELLES, F. Pédagogie et psychothérapie institutionnelle, **Revue de psychothérapie institutionnelle**, Paris, numéro spécial, 1966
- VIGOTSKY, L. S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ZOURABICHVILI, F. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

Data da submissão: 26/07/2017

Data da aprovação: 15/09/2017